

Essa alteração iniciou-se em 1930, com os "acordos comerciais recíprocos", estendendo-se, com outras iniciativas norte-americanas, como a Lei de Empréstimos e Arrendamentos, às cláusulas da "Carta do Atlântico" referentes ao livre acesso às fontes de matérias primas, à liberdade de comércio internacional, os acordos de Bretton Woods, a Carta Econômica das Américas etc. Foi então que surgiu o GATT, com o objetivo de fomentar o comércio internacional, promovendo em favor das nações imperialistas redução substancial das tarifas alfandegárias e de sem quaisquer restrições ao comércio.

O GATT, no entanto, ao nascer, já vinha como um organismo dominado, conforme alusão acima, pelos países mais poderosos do sistema capitalista e é claro que tudo aquilo que contrariasse seus objetivos seria sumariamente pôsto de lado.

Para este organismo foi arrastado o Brasil. País subdesenvolvido, não podendo enfrentar o poderio e a concorrência dos países altamente desenvolvidos que dominam o Mercado Comum Europeu — outro órgão atrelado ao GATT — o Brasil faria muito bem se nele não estivesse, pois, sujeito ao livre cambismo, que é a norma expropriatória exercida pelas potências imperialistas sobre os pequenos países não teria esse impedimento, incompatível com os seus anseios de industrialização.

As próprias barreiras que se opõem à entrada dos nossos produtos na Europa Ocidental são, inevitavelmente, um resultado da nossa participação no GATT e, se as quisermos eliminar, teremos que fazer concessões altamente prejudiciais.

Nossa posição, em face do GATT, deveria ser, portanto, a mesma dos países iguais a nós, não participando de um órgão intencionalmente contrário aos anseios de progresso dos países subdesenvolvidos. Nossa presença no GATT é a mesma da aliança entre o pote de ferro e o pote de barro. Não nos convém tal associação; ela prejudica o nosso presente e retarda o nosso desenvolvimento.

Era o que tínhamos a dizer, encaminhando nosso apelo ao Conselho de Ministros da República no sentido de que o Brasil seja retirado do GATT e, dessa forma, fiquemos livres das imposições draconianas e inaceitáveis que nos impõe o Mercado Comum Europeu.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, recebemos dos moradores da Praia de Maresia uma solicitação para que, desta tribuna, endereçemos ao Sr. Secretário da Viação um apelo no sentido de estudar a possibilidade do restabelecimento urgente do serviço marítimo que anteriormente servia os moradores daquela praia, que hoje se vêm privados, por falta de qualquer outro meio de comunicação, inclusive do próprio abastecimento de gêneros alimentícios, especialmente pão.

Esse apelo é dirigido também a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, certos de que S. Exa. — atento sempre aos problemas populares — dedicará atenção devida ao pedido feito pelos moradores da Praia de Maresia.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, o jornal "A Palavra", de Ribeirão Preto, publica uma nota intitulada "Fracassou o curso de admissão", assim redigida: (Lê) "A experiência pedagógica de criar junto aos ginásios oficiais cursos de admissão não está dando o resultado esperado. Assim, foi mínima a porcentagem de aprovação em muitos desses cursos, como ocorreu com o existente anexo ao ICOM de Ribeirão Preto. Em verdade, o governo necessita reformular sua política educacional referente ao curso médio estatal e gratuito que está, por causa de excessivo rigor nos chamados exames de admissão, sendo transformado em escolas a serviço de uma elite e não da maioria do povo".

A notícia do referido jornal é publicada, Sr. Presidente, devido a que em Ribeirão Preto, no aludido estabelecimento de ensino oficial, foram reprovados 70% dos candidatos ao curso ginásial naquela escola. Ora, Sr. Presidente, a questão é das mais complexas. Estaria fracassando o curso de admissão em si? Estaria havendo um rigor excessivo por parte das autoridades competentes ao examinarem as provas daqueles alunos?

A verdade é que o governo precisa reformular, de fato, esse ensino, porque os 70% de alunos reprovados irão para as escolas particulares e nessas escolas serão aprovados, porque ali o que tem valor é o dinheiro que o aluno paga.

Com tudo isso, o que se vê é que a escola oficial vai sendo golpeada de uma forma ou de outra. Elementos que deveriam defender a escola oficial, consciente ou inconscientemente acabam por favorecer as escolas particulares.

Ainda o jornal "A Palavra", dirigido pelo Sr. Divo Marino, publica um estudo a respeito sob o título: "Desesperados os pais: funcionou a guilhotina nos exames de admissão do Ginásio do Estado". Peço a V. Exa. Sr. Presidente, a transcrição desse artigo no "Diário da Assembleia", a fim de que o Sr. Governador do Estado, o Sr. Secretário da Educação e as demais autoridades competentes, tomem as medidas que o caso está a exigir.

(N. da T. — O documento a que se refere o orador vai publicado no final da sessão).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ciro Albuquerque.

O SR. CIRO ALBUQUERQUE — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, vêm de uns tempos a esta parte, mais se arraigando o sentimento antipaulista nos demais Estados brasileiros. Tal estímulo se contém, sem dúvida alguma, na ação dos políticos oportunistas do Brasil, que desejam fazer da tese, proselitismo em benefício próprio, distorcendo os fatos e enganando o povo.

Não há outra explicação para o fenômeno, que realmente é sentido nos diversos quadrantes da Pátria. Ainda é recente sua manifestação no último Congresso das Assembleias Legislativas, realizado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a qual, somente não se tornou mais constrangedora para nós, graças à seleta e expressiva representação do parlamento paulista, presidida por Abreu Sodré, que não permitiu estímulos nem tão pouco guardas a insinuações dessa ordem.

Acusam injustamente, tais políticos inescrupulosos, que São Paulo se tornou uma bomba de sucção, exaurindo toda a riqueza nacional, impossibilitando dessa forma as oportunidades de desenvolvimento e progresso dos demais estados brasileiros. Ora, se tal afirmativa revela de um lado, total desconhecimento da evolução social, política e econômica do País, de outro evidencia clamorosa injustiça!

Então não é edificante o que São Paulo tem propiciado aos nossos irmãos de todo o Brasil, em oportunidades de trabalho, em contribuição tributária e em ajuda material objetiva? Como acolmá-lo de irmão rico, indiferente à sorte dos seus? Não! São Paulo sempre esteve, está e estará integrado no espírito de unidade nacional, colocando acima dos seus o interesse da Pátria comum. Nos seus gestos mais despercebidos revela seu desejo de fraternidade e de união.

Vejam Srs. deputados como na desventura e no sofrimento dos nossos irmãos o povo paulista desperta espontaneamente, solícito e vigilante, para prestar sua ajuda e sua solidariedade!

Ainda na trágica ocorrência do Gran Circo Norte-Americano, em 17-12-61, toda São Paulo movimentou-se, através de seus órgãos de governo, de seus hospitais, de suas organizações, das iniciativas particulares, no sentido de minorar os efeitos dantescos da catástrofe fluminense.

Nessa ordem de ideias desejo, Srs. deputados, relatar as providências tomadas pelo Dr. Rubens José de Castro Albuquerque, do Hospital das Clínicas, que, não obstante diluir-se nas providências gerais, revela esse desejo insopitável dos paulistas em acudir de pronto aos seus irmãos.

Chegou-me às mãos, através do jornal "Última Hora", uma cópia do relatório enviado à Superintendência do Hospital das Clínicas, por parte daquele dedicado funcionário relator este que desejo transcrever nos anais da Casa, na íntegra, como testemunho vivo do quanto é solidária nossa gente:

(Lê) "Ao tomar conhecimento, dia 17-12-61, da catástrofe fluminense, cerca de 22 horas, após entendimento com o Dr. Geraldo da Silva Ferreira, pus-me em contacto com o Dr. Antonácio, médico diretor da COLSAN, e fomos ao Aeroporto de Congonhas (cerca de 22,30 horas).

No aeroporto tomei as seguintes providências:

1 — Telefonei ao Governador Celso Peçanha, avisando que o Hospital das Clínicas estava enviando, naquele momento, todo o seu plasma disponível, e colocando à disposição das vítimas do acidente nossas equipes de médicos e todo o material que fosse julgado necessário — medicamentos, inclusive.

2 — Recebi os frascos de plasma enviados pela Secretaria da Saúde, os quais, juntamente com os frascos de plasma do Hospital das Clínicas e da COLSAN, foram embarcados: no avião especial da VASP, que aguardava apenas esse material para partir (23,30 horas).

3 — Recebi comunicações, via rádio da Aeronáutica, do Aeroporto de Congonhas, do Governador Celso Peçanha, solicitando lençóis, antibióticos, leite em pó, Furacin, fios de sutura, picrato de Butesin e outros.

4 — Imediatamente comuniquéi-me com a Rádio Bandeirante, Diário de São Paulo, Rádio Tupi, Rádio Difusora, Rádio Nacional, pedindo para que apelassem ao público para trazer ao aeroporto tais materiais.

5 — Decidi, juntamente com o Dr. F. Antonácio, da COLSAN, e Dr. Joaquim Chicarino, assistente médico do superintendente do Hospital das Clínicas, trazer ao aeroporto o ônibus da Colsan, para coletar o sangue de nu-

merosos doadores (cerca de 200), que compareceram ao Aeroporto de Congonhas para tal fim. Durante toda a noite de domingo para segunda-feira (de 1 hora até 6 horas da manhã), foi colhido sangue desses doadores (108 frascos).

6 — Entrosado com dois sargentos da FAB, de plantão do aeroporto, recebemos e estocamos na Sala de Tráfego de Congonhas os doativos (cintas de lençóis, latas de leite em pó, antibióticos, 50 latas de picrato de Butesin e outros).

7 — Por rádio, recebi comunicações do Palácio do Ingá e do Hospital "Antônio Pedro", de Niterói, insistindo no pedido de fios de sutura, dos quais tinha total necessidade (cerca de 2 horas da manhã).

8 — Com a colaboração de jornalistas da "Última Hora", "Folhas de São Paulo", "Diários Associados", "Rádio Nacional" e do Sr. Otávio Celso, oficial de gabinete do Sr. Governador (o qual, durante a madrugada compareceu ao aeroporto), foram localizados os diretores da Johnson & Johnson que, imediatamente (5 horas da manhã), doaram grande quantidade de fios de sutura, gaze, algodão, esparadrapo e outros produtos, além de colocar a firma sediada na Guanabara à disposição, para atender qualquer solicitação do Governo do Rio.

9 — No primeiro avião da Ponte Aérea, que partiu às 6,30 horas de segunda-feira, todo esse material foi enviado ao Rio — Aeroporto de Santos Dumont, de onde helicópteros da FAB o levaram para Niterói.

10 — Durante todo o dia de segunda-feira, 18 — estive em contacto com jornais e emissoras de rádio e T. V., informando aos mesmos das solicitações que me eram dadas pelo Serviço de Busca e Salvamento da Aeronáutica, sendo que diversos aviões da Ponte Aérea levaram todo o material doado e entreguem na sala de Tráfego de Congonhas.

11 — Do Hospital das Clínicas enviei, com autorização do Dr. Geraldo Silva Ferreira, Superintendente substituto — 10 quilos de "Furacin em Pasta", que insistentemente pediam do Rio.

12 — Comuniquéi a D. Maria Guimarães para que informasse ao Sr. Governador sobre as atividades desenvolvidas pelo Hospital das Clínicas, através dos seus elementos.

13 — Na terça-feira, transmitimos ao Dr. Virgílio de Carvalho Pinto o oferecimento do Hospital das Clínicas e do Serviço de Queimados, colocando-se à disposição do Governo do Rio para, inclusive, receber em leitos dos hospitais de São Paulo, para serem tratadas por nossas equipes especializadas, as vítimas de Niterói.

O Dr. Virgílio levou esse oferecimento ao conhecimento do Sr. Governador.

14 — O Sr. Governador de São Paulo e a administração do Hospital das Clínicas determinaram fosse comunicado ao Governador do Estado do Rio o oferecimento de 20 leitos no Hospital "Menino Jesus", da Prefeitura de São Paulo, para tratamento dos casos mais graves de Niterói, tratamento que será realizado pela equipe do Hospital das Clínicas, especializada em queimados.

15 — Toda a imprensa de São Paulo e emissoras de rádio e T.V. não deixaram de enaltecer, nestes dias, o trabalho realizado pela equipe do Hospital das Clínicas, representada por alguns elementos, inclusive médicos, bem como atividades da COLSAN e da Secretaria da Saúde.

16 — O Hospital das Clínicas, desde segunda-feira, está enviando à COLSAN todo o material necessário para sangrias — frascos e equipes, etc., além de médico e pessoal para auxiliar na coleta de sangue destinado às vítimas de Niterói.

(As.) Rubens José de Castro Albuquerque, chefe de Relações Públicas do Hospital das Clínicas.

Vejam, Srs. deputados, como são os paulistas! Como se irmanam na dor, e como sofrem com as desdidas do Brasil.

Portanto, não se conformam com o sentimento negativista de que o grande Estado bandeirante é responsável pelo subdesenvolvimento de outras regiões do País. Porventura não foram os paulistas que fizeram a grandeza do Paraná, na extensão de sua lavoura cafeeira? E, hoje, o Paraná já não produz mais café do que o próprio Estado de São Paulo? Sim! Onde, portanto, o desejo egocêntrico?

Aliás, Srs. deputados, disse bem o grande líder populista Adhemar de Barros, durante o almoço que ofereceu, há alguns dias, à imprensa, à rádio e à televisão, que, uma de suas missões, doravante, será a de esclarecimento, por todo o Brasil, ressaltando o papel de São Paulo na comunidade brasileira, visando, com isso, a fortalecer a democracia e a unidade nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Costa.

O SR. JOSE COSTA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, recebi, hoje, comunicação oficial do Sr. Diretor dos Correios e Telégrafos de Ribeirão Preto sobre a reinstalação do serviço do telégrafo nacional na cidade de Altinópolis.

Desejo, nesta oportunidade, congratular-me com a laboriosa e simpática população daquele município, e enviar daqui os melhores agradecimentos ao Sr. Rui Pessoa de Lima, digno diretor regional dos Correios e Telégrafos de minha cidade, que foi um batalhador incansável pela concretização dessa conquista, que representava a aspiração máxima do povo de Altinópolis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, de acordo com notícias dos jornais, médicos do Estado, em grande número, colocaram em mãos do presidente da Associação Paulista de Medicina os cargos que ocupavam no serviço público.

Vejam V. Exa., Sr. Presidente, e vejam os Srs. deputados o estado de deterioração que atingiu a estrutura administrativa! Médicos com dezenas de anos de serviço, no instante em que o número de hospitais e de leitos é insuficiente para atender às necessidades mínimas do nosso povo, se vêm obrigados a colocar os seus cargos públicos em mãos da Associação Paulista de Medicina, devido aos vis salários e vencimentos que percebem do Executivo.

E, ainda de acordo com os jornais de hoje, o Sr. Governador, ao invés de pesa a responsabilidade de tal decisão, retruca com violência. Agora inventaram o tal princípio de autoridade.

Não creio que qualquer setor, principalmente das profissões liberais, deseje desrespeitar qualquer autoridade do serviço público, mesmo as elites pelo povo, mas há necessidade de que elas se convençam de que o encaminhamento de mensagens propondo trinta por cento de aumento ao funcionalismo público e a resposta dada aos médicos representa deterioração da estrutura administrativa, que gera movimentos como esse.

Era o que tínhamos a dizer, trazendo essa notícia aos meus nobres pares.

O SR. PRESIDENTE — Srs. deputados, antes de passarmos à Ordem do Dia, a Presidência comunica que há sobre a mesa o seguinte requerimento:

(Lê) "Sr. Presidente, Comunico a V. Exa. que continua ausente no exterior, o nobre deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, Rocha Mendes Filho e, em face dessa ausência, solicito de V. Exa. seja considerado em exercício o primeiro suplente, deputado Antônio Donato, até a volta do titular.

Sala das sessões, 26 de dezembro de 1961.

(Ass.) Miguel Jorge Nicolau".

Como tem sido esse o critério adotado pela Presidência quando um nobre deputado se encontra no exterior, a Presidência convoca o nobre deputado Antônio Donato.

O SR. JACOB ZVEIBIL — Sr. Presidente, Srs. deputados, o presidente da Comissão da Marinha Mercante, órgão do Governo Federal, acaba de fazer declarações auspiciosas sobre o projeto do governo em construir barcos de mil a mil e quinhentas toneladas para transporte marítimo na costa de São Paulo. Tal manifestação, como não podia deixar de ser, repercutiu de modo favorável entre as sofridas populações do nosso litoral, especialmente em se tratando de aglomerados humanos que vivem encurralados entre a montanha e o mar, estiolando-se no abandono de regiões que já foram riquíssimas no passado.

E bem verdade que já está em caminho bem adiantado a construção da rodovia Santos-São Sebastião cujos efeitos na vida daquelas paragens serão, sem dúvida alguma, de extraordinária atuação. Contudo, este acesso ao litoral paulista não será completado sem o transporte marítimo essencial pela colaboração que pode prestar ao transporte rodoviário em função do desenvolvimento local. Podemos afirmar que, atualmente, a deficiência de transportes entre Santos e litoral, principalmente, o litoral norte, é tão precária que as populações ali residentes estão completamente isoladas e sem meios fáceis de atingir Santos ou São Paulo. Esta situação, além de aflitiva, é completamente injusta para com regiões que, em épocas passadas, foram autênticos celeiros do nosso Estado. São Paulo, Estado progressista como é, tem cuidado bastante de suas cidades interiores e, por toda a parte, deparamos centros urbanos de uma importância surpreendente, como não encontramos em outras unidades da Federação Brasileira. O litoral, no entanto, tem sido sempre o flagelado pelo esquecimento da ação do Poder Público, infligindo esta atitude no seu contínuo desgastamento populacional. Os jovens ali nascidos ao chegarem a uma determinada idade, não encontrando condições propícias de estudo e de trabalho para se desenvolverem, emigram para as grandes cidades, como Santos e São Paulo, despovoando sistematicamente aquelas regiões.

Assim, a notícia de que a Marinha Mercante Nacional irá prover de grandes barcos o transporte entre Santos e São Sebastião e os diversos núcleos humanos do litoral de São Paulo, está provocando festiva reação e muita alegria.